

Bresser Pereira propõe redução unilateral da dívida externa

Foto de Jorge william



Bresser quer corte na dívida de 50%

Redução unilateral da dívida externa pela metade. Esta foi a proposta que o ex-Ministro da Fazenda Bresser Pereira apresentou no Fórum Idéias para a modernização do Brasil, que começou ontem no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Mas é bom frisar que a decisão, considerada por ele como a única forma de barganha que o País tem em relação aos credores, deverá vir acompanhada por um forte ajuste fiscal, de forma a zerar o déficit público e recuperar a capacidade de poupança e investimento. As medidas são complementares e não poderiam vir sozinhas, uma vez que uma legitimaria a outra.

— É importante, frisou Bresser, que esta moratória não seja entendida como uma posição de confronto ou radicalização. Principalmente, seria fundamental que não se transformasse numa medida populista, tanto que bastaria enviar um telex aos bancos comunicando a decisão.

O Fórum, coordenado pelo ex-Ministro João Paulo dos Reis Velloso, reuniu a elite econômica do País, tanto na mesa dos debates quanto na plateia. Economistas de diversas tendências discutiram durante todo o dia de ontem sobre a necessidade de modernização do Estado, dívida externa e inflação. Para isso, contaram

com o apoio do Comitê para Divulgação de Mercado de Capitais, do BNDES e do Instituto de Planejamento Econômico e Social, órgão do Ministério do Planejamento, que está repassando recursos do Banco Mundial destinados a esse fim.

A proposta de Bresser foi apoiada pelo ex-Diretor do Banco Central André Lara Resende, mas virtualmente descartada pelos ex-Presidentes do

Banco Central Antônio Carlos Lemgruber (aliás, para ele a sugestão no fundo é a de aplicar um calote, declaração que irritou Bresser) e Afonso Celso Pastore, além do ex-Ministro Ernane Galvêas, que participavam da mesa. Todos, com exceção de Galvêas (que aposta numa solução convencional para a dívida) concordaram quanto à necessidade de reduzir a transferência de recursos para o exterior, mas divergiram quanto à forma.

Para Lemgruber, uma das saídas para a redução da dívida está na privatização dos ativos públicos. Segundo ele, o patrimônio do setor público é de US\$ 1 trilhão e parte disso poderia ser utilizado para abater os débitos externos. Ele concordou com a tese de Pastore, que classificou como a de um ajustamento, mas argumentou que sem a privatização não seria viável.

— Sem isso, restará mesmo a alternativa do calote, disse, chamando-a de ilusória e enganadora. E aí, enfatizou, volta à cena a questão dos custos de uma decisão unilateral, como, por exemplo, a perda do Brasil ao acesso aos créditos externos.

Já Pastore optou por uma posição mais conciliadora. Apesar de concordar com Bresser e Lemgruber quanto à necessidade de uma redução dos

pagamentos dos juros, ele divergiu quanto à maneira de levar isso adiante. Nada de decisões unilaterais e nem de venda de ativos. Na sua opinião, qualquer solução externa teria que vir precedida em um ajuste interno rigoroso, o que viabilizaria a volta dos investimentos estrangeiros para o País. Em outras palavras, seria um grande passo em direção a uma solução da crise financeira brasileira.

— O Brasil, disse, precisa captar dinheiro externo sob forma de investimento, e não de novos empréstimos.

A única voz destoante do grupo de debatedores foi a do ex-Ministro Ernane Galvêas. Segundo ele, o acordo da dívida, feito recentemente pelo Governo, não poderia ser melhor. Além disso, criticou a proposta de Bresser de que um organismo internacional comprasse os créditos dos bancos credores (utilizando recursos dos governos credores), sem deságio, a fim de negociá-los diretamente com os devedores. Como argumento, Galvêas enfatizou que não existe solução política para a dívida.

— Isso faz parte da demagogia internacional de alguns países, disse, referindo-se claramente à tese de Bresser. Trata-se de uma discussão acadêmica e não passa de utopia.